

## A COBAIA AGORA É VOCÊ!

# Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais

The guinea pig is now you!

White cisgenderness, as a concept and category of analysis, in studies produced by transvestites and transsexual women

*Megg Rayara Gomes de Oliveira<sup>1</sup>*

### RESUMO

Neste artigo discuto o silêncio como estratégia ideológica para manter a distribuição do poder da maneira como se encontra atualmente. Concentro meu debate nos espaços de educação formal, mais especificamente no ensino superior e assim problematizar como o silêncio atua para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade e o silêncio como estratégia para negar a existência plena de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, no espaço acadêmico. Como aporte teórico utilizo o conceito de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989) e o conceito de Injustiça Epistêmica (Miranda Fricker, 2007) e assim estabelecer um diálogo com o campo das representações sociais, com os estudos das relações étnico-raciais e de gênero, com os estudos transfeministas e, assim questionar em que medida visões estereotipadas e reducionistas a respeito de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, circulam nos espaços acadêmicos e em que medida reiteram as hierarquias relacionadas a produção do conhecimento, produzindo silêncios e apagamentos, tanto como pessoas, quanto como produtoras de conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Silêncio; travestis; cisgeneridade; conhecimento; branquidade.

### ABSTRACT

In this article I discuss silence as an ideological strategy to maintain the distribution of power as it currently stands. I focus my debate on formal education spaces, more specifically on higher education, and thus problematize how silence acts to establish the heterosexual cisgender white man as a norm of humanity and silence as a strategy to deny the full existence of transvestites and transgender women, black and white, in the academic space. As a theoretical contribution, I use the concept of intersectionality developed by Kimberlé Crenshaw (1989) and the concept of Epistemic Injustice (Miranda Fricker, 2007) and thus establish a dialogue with the field of social representations, with studies of ethnic-racial and gender relations, with transfeminist studies and, thus, question the extent to which stereotyped and reductionist views regarding transvestites and transsexual women, black and white, circulate in academic spaces and to what extent they reiterate the

---

<sup>1</sup> Travesti negra, mestra e doutora em educação, professora na graduação e na pós-graduação no Setor de Educação na Universidade Federal do Paraná.

hierarchies related to the production of knowledge, producing silences and erasures, both as people and as producers of knowledge.

**KEYWORDS:** Silence; transvestites; cisgenderness; knowledge; whiteness.

## Introdução

Passamos a maior parte da nossa vida escolar, em todas as suas etapas, sentadas silenciosamente, lendo, ouvindo, as vezes debatendo, dentro de uma lógica muito parecida com pregações religiosas cristãs.

O cristianismo, assim como o sistema educacional, defende tanto a salvação, quanto a condenação das almas.

Para o cristianismo, as pessoas eleitas conquistarão o reino dos céus, onde poderão usufruir dos benefícios de uma vida de sacrifícios.

Para o sistema educacional, nas sociedades capitalistas como a brasileira, a salvação das pessoas escolhidas, seria a inserção no mercado formal de trabalho depois de uma vida de sacrifícios, dedicada aos estudos.

Ainda que a dedicação seja a mesma, ou às vezes maior, nem todas as pessoas serão escolhidas, justamente porque algumas delas são marcadas pelo racismo, capacitismo, transfobia, etc., pecados impossíveis de perdão, uma vez que “nem os devassos, nem os idólatras, nem os efeminados, nem os maldizentes, herdarão o Reino de Deus” ([1 Coríntios 6:9-10](#)).

A lógica seletiva defendida pelo cristianismo e pelo sistema de educação formal, orientada pelo capitalismo, determina de uma maneira bastante naturalizada e silenciosa, quais almas merecem e devem ser salvas.

Essas almas são as dos meninos brancos, cisgênero, heterossexuais, magros, “saudáveis”, estimulados de forma recorrente, sendo apresentados a inúmeras possibilidades de ser e de estar no mundo.

Às outras crianças, essas mesmas possibilidades operam no sentido contrário e procuram afirmar a inadequação de seus corpos, de suas raças, de seus trejeitos, “gerando insegurança, sofrimento e desesperança com o

presente” (Alexsandro RODRIGUES; OLIVEIRA; Pablo Cardozo ROCON; Steferson Zanoni ROSEIRO, 2020, p. 3)<sup>2</sup> e a incerteza de um futuro.

Essa situação dialoga de perto com o que Muniz Sodré (1999) chama de Mito do Vampiro para pensar a exclusão, a (in)visibilidade da população negra no projeto de identidade nacional.

Ele explica que Drácula não se reflete no espelho, logo é sem imagem.

Assim, as e os estudantes que se afastam do modelo de humanidade hegemônica, se aproximam da figura de Drácula por ser “o inverso da identidade normalizada pela cultura pequeno-burguesa” (SODRÉ, 1999, n.p.), logo não aparecem no espelho.

Na sociedade da imagem ou dos dispositivos de visão, o sujeito só existe se aparece no espelho, isto é, se tem condições socioculturais de ter imagem publicamente reconhecível (SODRÉ, 1999).

No caso de nós, travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, inseridas no sistema de educação formal, também somos afetadas pelo Mito do Vampiro, pois vivenciamos, cotidianamente, situações de exclusão e invisibilidade. Seja por questões legais ou sociais, raramente temos reconhecimento de nossas identidades pelas professoras e professores e não somos representadas em suas práticas pedagógicas, nos sendo negado o direito de ocupar os espaços de educação formal (Mariana Esteves da COSTA, 2022).

A falta de representatividade continua em operação no ensino superior e as poucas travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, que conseguem chegar a essa etapa, não se reconhecem nas epistemologias que lhes são apresentadas e nas atividades desenvolvidas em sala de aula, reiterando, cotidianamente, a cisgeneridade branca heterossexual como norma.

---

<sup>2</sup> Por defender uma educação não sexista, além de utilizar o gênero feminino e masculino para me referir às pessoas em geral, na primeira vez que há a citação de um/a autor/a, transcrevo seu nome completo para a identificação do sexo (gênero) e, conseqüentemente, para proporcionar maior visibilidade às pesquisadoras e estudiosas.

A partir da compreensão de que as Representações Sociais são processos dinâmicos e que estão ligadas a construção de representações a partir das relações com o ambiente, das formas de pensar sentir e agir que modificam a nós mesmos e a nossa visão (COSTA, 2022),

o corpo trans e travesti não é considerado capaz de exercício epistêmico, tampouco de se configurar uma autoridade epistêmica ou potência inteligível, pois a sua existência como outra possibilidade de gênero diferente da cisheteronormatividade e do modelo binário (centrado no dimorfismo sexual) sempre foi cerceada por estigmas de identidade sociomoral (exótico, anormal, monstruosidade, aberração, agressivo, histérico, transtornado mental, perversivo, pervertido, patológico, grotesco, sujo, poluído, imoral, abjeto etc.), violências, violações, extrema vulnerabilidade social, exclusões, silenciamentos epistêmicos, apagamentos simbólicos e extermínios (Fran DEMÉTRIO; Hilan BENSUSAN, 2019).

Afirmo então, que as representações sociais a respeito de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, seguem atualizando visões preconceituosas e reducionistas no espaço acadêmico dificultando que sejam vistas e tratadas como sujeitas epistêmicas.

Minhas reflexões nesse artigo procuram dialogar com o conceito de injustiça epistêmica desenvolvido por Miranda Fricker (2007) e “faz menção, de forma geral, a exclusões perniciosas que ocorrem nas condutas epistêmicas” (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019).

Tanto Miranda Fricker (2007), quanto Fran Demétrio e Hilan Bensusan (2019) concordam que essas exclusões estão diretamente ligadas a preconceitos e estereótipos sociais negativos que desvalorizam e desqualificam o conhecimento produzido por alguns grupos, como acontece com as travestis.

Assim, para colocar em debate tais reflexões - que partem das minhas pesquisas, experiências e observações como professora universitária e das angústias enquanto travesti negra, constantemente convocada a relatar minha história de vida - procuro estabelecer uma aproximação com o conceito de interseccionalidade desenvolvido pela jurista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 (Mara Viveros VIGOYA, 2016),

com o debate sobre representações sociais, com os estudos das relações étnico-raciais e de gênero, com os estudos transfeministas e, assim questionar em que medida visões estereotipadas e reducionistas a respeito de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, circulam nos espaços acadêmicos e como operam para reiterar as hierarquias relacionadas à produção do conhecimento, produzindo silêncios e apagamentos, tanto como pessoas, quanto como produtoras de conhecimento.

Entendo que a raça, além da identidade de gênero, contribui de maneira efetiva para estruturar as experiências de travestis e mulheres transexuais, já que o racismo acaba sendo um elemento adicional que opera para hierarquizar existências, distribuir os espaços e definir os papéis sociais.

A partir dos estudos de Michel Foucault (1999), entendo tanto o racismo quanto a transfobia como dispositivos de poder, por tentar atribuir ao corpo de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, alguma utilidade e que tomam como modelo de humanidade as experiências de pessoas cisgêneras brancas heterossexuais.

### **1. Silêncio! A cisgeneridade branca heterossexual está falando!**

A maioria dos cursos de nível superior no Brasil, na graduação e na pós-graduação, é caracterizada por um silêncio absoluto a respeito dos debates sobre relações raciais, gênero e sexualidade.

As ementas das disciplinas desses cursos naturalizam referências bibliográficas assinadas por homens brancos cisgêneros heterossexuais, considerados os representantes legítimos da espécie humana. No entanto, o pertencimento racial, o gênero e a orientação sexual desses autores permanecem apagadas, silenciadas, reiterando a ideia de que esses marcadores não precisam ser apontados, dando a entender que se trata de corpos normalizados e que portanto, podem e devem falar por e para todas as pessoas.

A exceção se observa em disciplinas e/ou cursos específicos, que procuram, em certa medida, minimizar os efeitos perversos de uma exclusão sustentada em nome da excelência e do mérito acadêmico. De maneira parecida “como sucedeu nos Estados Unidos, foi possível no Brasil desenvolver instituições acadêmicas capazes de atender aos altos padrões de excelência científica da modernidade sem perder seu viés de racismo e segregação” (José Jorge de CARVALHO, 2005/06, p. 97-98).

Ao discorrer a respeito do processo de estruturação do ensino superior no Brasil ao longo do século XX, Carvalho (2005/06) identifica posturas extremamente preconceituosas por parte da comunidade acadêmica, que ao invés de se mostrar solidária com as denúncias de exclusão e segregação da população negra, se mostrou hostil com elas.

Havia e ainda há uma política abertamente racista na distribuição dos benefícios do ensino superior, assim como não houve e continua não havendo nenhum protesto ou ação anti-racista por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em virtude desse racismo estrutural (CARVALHO, 2005/06).

O racismo acadêmico no Brasil e sua lógica de funcionamento, de uma ciência confinada, monorracial ou monoétnica não é questionada sobre a sua participação ou convivência com a segregação ou o extermínio. Essa repetição, sem alarde e nem conflito aberto, da branquidade extrema das nossas universidades aponta para um fenômeno que Carvalho (2005/06) chama de *impunidade de segregação*, uma vez que não existe força estatal no Brasil que obrigue as instituições superiores de ensino e pesquisa a implementarem ações de inclusão étnica e racial entre seus alunos, professores e pesquisadores (CARVALHO, 2005/05). Da mesma maneira não existe força estatal que faça o mesmo em relação às travestis, mulheres e homens transexuais.

Assim como Carvalho (2005/06) observa a repetição, sem alarde e nem conflito aberto da branquidade extrema das universidades brasileiras, o mesmo acontece em relação à cisgeneridade heterossexual normativa, tanto entre

docentes, quanto discentes. Este ambiente confinado apresenta sintomas que vão desses mecanismos altamente sofisticados de inibição do discurso sobre o conflito racial [e de gênero] até manifestações mais desinibidas dos estereótipos sobre a exclusão (CARVALHO, 2005/06).

As denúncias de José Jorge de Carvalho (2005/06) dialogam com as problematizações do professor Paulo Vinicius Baptista da Silva (2008) quando trata do silêncio como uma estratégia ideológica, que age tanto para ocultar o processo social de desigualdade racial, quanto “na hierarquização entre brancos/as e negros/as [como entre pessoas cisgêras e travestis e mulheres transexuais]” (Paulo Vinicius Baptista da SILVA, 2008, p. 05).

Quatro formas de silêncio são identificadas pelo pesquisador, sendo fundamentais para a discussão que proponho neste artigo:

- a) O silêncio sobre a branquidade: que atua para estabelecer o branco como norma de humanidade;
- b) A negação da existência plena ao negro: invisibilidade e sub-representação;
- c) O silêncio sobre particularidades culturais do negro brasileiro;
- d) O silêncio como estratégia para ocultar desigualdades (SILVA, 2008, p. 6-7).

A partir dessas proposições, faço uma adaptação para pensar o silêncio em relação às travestilidades e transexualidades, no sistema de educação formal, especialmente no ensino superior.

Embora reconheça que sejam inúmeras as possibilidades de debates quanto às formas de operação do silêncio, me dedicarei, neste texto, a duas delas:

- e) O silêncio sobre a cisgeneridade branca, que atua para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade;
- f) A negação da existência plena de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas: invisibilidade e sub-representação no espaço acadêmico.

## **1.1 - O silêncio sobre cisgeneridade e branquidade, que atuam para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade**

A cisgeneridade pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas (Viviane Vergueiro SIMAKAWA, 2015. P. 44), indicando

a existência de uma norma que produz efeitos de ideal regulatório, expectativas e universalização da experiência humana. Em termos gerais, a norma cisgênera é uma das matrizes normativas das estruturas sociais, políticas e patriarcais, cujos ideais produzem efeitos de vida e de atribuição identitárias extremamente rígidas (Neon CUNHA; Sara Wagner YORK, 2020, p. 2).

Ao acionarem o conceito de experiência, Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Neon Cunha e Sara Wagner York (2020), chamam a atenção para o fato de que raça e gênero não são categorias essencialistas, naturais e, por conta disso, estão sujeitas à revisões, à mudanças e à negociações.

Porém, aqui no Brasil, e na maior parte do mundo, o grupo cisgênero branco heterossexual continua ocupando um lugar de referência e a cisgeneridade heterossexual e a branquidade tratadas como algo dado, naturais e que raramente são problematizadas.

Os estudos que discutem raça, salvo algumas exceções, têm se dedicado exclusivamente às questões que envolvem a população negra, como se apenas ela passasse por um processo de racialização. Da mesma maneira os estudos que discutem gênero e sexualidade vêm ignorando as vivências e/ou experiências de pessoas cisgêneras heterossexuais, especialmente de homens brancos, confirmando que suas identidades não seriam resultantes de construções sociais.



Via de regra, as pessoas cisgêneras brancas heterossexuais usualmente não são vistas, nem nomeadas. “Elas são posicionadas no centro, como a norma humana” (Michael W. APPLE, 2001).

Ao colocar-se como centro, o grupo cisgênero branco heterossexual trata o poder como uma extensão natural de sua cisgeneridade e de sua brancura: “não existe posição que tenha mais poder do que aquela de ser ‘apenas’ humano” (Richard DYER, 1997, p. 1). O direito ao poder é o direito de falar por toda a humanidade e os feitos desses sujeitos, narrados no plural, são tratados como se fossem importantes para todas as pessoas.

Pessoas generificadas, sexualizadas e racializadas não podem fazê-lo: podem apenas falar pelo seu grupo de pertença!

Dessa maneira a cisgeneridade branca heterossexual, parte ativa no processo de reprodução das desigualdades, é esquecida, deixada de lado, como se fosse inexistente (Maria Aparecida Silva BENTO, 2000).

O simples fato de ser uma pessoa cisgênera branca heterossexual em nossa sociedade favorece um determinado posicionamento de vantagens estruturais e de privilégios, sejam concretos ou simbólicos, que molda a experiência, a identidade e a visão de mundo dessas pessoas: logo, molda suas concepções e práticas políticas (BENTO, 2000, p. 298).

Assim, atribuir às pessoas cisgêneras brancas heterossexuais uma raça, um gênero e uma sexualidade permite deslocá-las da posição de poder, com todas suas desigualdades, opressão, privilégios e sofrimentos; deslocá-las é cortar pela raiz a autoridade com a qual elas falam e agem no mundo e sobre ele (DYER, 1997, p. 1). Por isso manter o silêncio em operação é estratégico. É fundamental para que continuem criando categorias, conceitos, teorias, instituindo regras bem definidas entre o que é considerado normal e o que é considerado patológico; quem pode estudar e quem deve ser estudado.

A respeito dessa situação, Michel Foucault (1979) explica que é sobre o louco e o doente mental que se debruçaram os estudiosos na perspectiva de estabelecer os parâmetros de normalidade. “Tais discursos, carregados da

autoridade da ciência, gozavam do estatuto de verdade e se confrontavam ou se combinavam com os discursos da igreja, da moral e da lei” (Guacira Lopes LOURO, 2009, p. 88).

O louco ou o doente mental, [aí incluídas, no século XX, a travestilidade e a transexualidade], instituído pelo saber médico no ocidente, é quem viabilizou e continua viabilizando a existência do sujeito normal.

Tendo sido nomeado, o louco, ou seja, o sujeito desviante tornava-se necessário nomear também o sujeito e a prática que lhes haviam servido como referência. Até então, o que era ‘normal’ não tinha um nome. Era evidente por si mesmo, onipresente e, conseqüentemente (por mais paradoxal que pareça), invisível. O que, até então, não precisara ser marcado agora tinha de ser identificado (LOURO, 2009, p. 89): a cisgeneridade!

Quando aciono o conceito de cisgeneridade branca tenho plena consciência de que ele não designa uma realidade em si, sendo tão histórico e socialmente construído como qualquer outro.

## **1.2 - A negação da existência plena de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas: invisibilidade e sub-representação no espaço acadêmico.**

O silêncio que opera sobre as travestilidades e as transexualidades, negras e brancas, diferentemente daquele que paira sobre a cisgeneridade branca heterossexual, afirma o que não é permitido, impede que se fale a respeito e nega suas existências.

Essa negação, ainda que observada em quase todos os segmentos da sociedade brasileira, se intensifica quando analiso os espaços de educação formal.

Desde a educação básica - em todas as etapas - até o ensino superior, vivenciamos situações de completo apagamento.

Na educação básica não nos reconhecemos nas colegas de sala, no corpo docente e administrativo da escola; não estamos contempladas nos

documentos oficiais (LDB, BNCC, PPP, ECA, etc.)<sup>3</sup> que regulamentam a educação; não estamos presentes nos livros de literatura - infantil e infanto-juvenil - , nas histórias em quadrinhos, nos brinquedos e brincadeiras, nos livros didáticos, nas capas dos cadernos e agendas, nas atividades pedagógicas, nos murais e painéis que decoram as paredes da escola...

Quando o silêncio a respeito de nossas existências é quebrado, geralmente é na forma de xingamentos ou comentários com a intenção deliberada de nos reduzir, por se acreditar que a travestilidade, a transexualidade, assim como a negritude, seja um defeito, associada a comportamentos imorais, violentos, perigosos, doentios...

No ensino superior a situação não é muito diferente e seguimos invisíveis em “um espaço branco [e cisgênero] em que pessoas negras [e travestis] tiveram negado o privilégio da fala” (KILOMBA, 2010, 27 apud SIMAKAWA, 2015) e quando identificadas, somos tratadas como uma incômoda presença a desestabilizar uma estrutura [que não pode ser questionada] pensada por e para pessoas cisgêneras brancas heterossexuais.

De acordo com Marília dos Santos AMARAL, Talita Caetano SILVA, Karla de Oliveira CRUZ, Maria Juracy Filgueiras TONELI (2014) as experiências de vida de travestis na sociedade brasileira passaram a ser temas de pesquisas acadêmicas com mais frequência a partir da década de 1990, sendo, no entanto, após os anos 2000 que esses estudos passaram a ter maior visibilidade e despontaram como temática central em pesquisas brasileiras graças ao aumento substancial dos estudos que tematizam gênero e sexualidade.

Essas pesquisas, porém, se referem a experiências recentes e raramente trazem informações que localizam historicamente travestis e mulheres transexuais, especialmente negras.

---

<sup>3</sup> LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação; BNCC – Base Nacional Comum Curricular; PPP – Projeto Político Pedagógico; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao mesmo tempo em que essas pesquisas colocam a existência de travestis e mulheres transexuais em evidência, corroboram para naturalizar a branquidade como norma, bem como para a manutenção de determinados estigmas ao estabelecer uma estreita relação com a prostituição e com infecções sexualmente transmissíveis. Nesses trabalhos as palavras mais utilizadas para discutir travestilidades foram “saúde, doença, prevenção, aids, HIV, DST, cuidado, risco e vulnerabilidade” (AMARAL, SILVA, CRUZ, TONELI, 2014, p 303).

Estes/as primeiros/as pesquisadores/as queriam saber sobre a dinâmica daqueles corpos, e do que eles eram capazes. Como se organizavam, comiam e viviam totalmente fora de qualquer possibilidade de inclusão social. [...] Em suas pesquisas, a escolha da fotografia capturada e revelada expõe a parcialidade necessária da luz para que a imagem ganhe forma (Sara Wagner YORK; Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA; Bruna BENEVIDES, 2020, p. 5)

Tais debates, bastante específicos, acabavam adquirindo características universalizantes e operavam para confirmar que somos um grupo homogêneo e, portanto, a maneira como pensamos e agimos, como somos e estamos no mundo, seriam as mesmas.

As travestis e mulheres transexuais que aparecem nessas pesquisas não têm pertencimento racial, não falam por si mesmas, são tratadas como meras informantes, tendo suas narrativas questionadas e diminuídas pelo “sujeito epistêmico” (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019), reforçando mais uma vez que o saber legítimo [e único] seria aquele que emerge dos e nos cisgenerificados e brancos espaços acadêmicos. Como efeito, além de não alterar a situação de violência e exclusão que operavam sobre nós, que continuávamos às margens da margem, na prostituição, na malandragem, na pobreza, envolta por violência física e simbólica, sob a vigilância constante da polícia (Elias Ferreira VERAS, 2017), destaco também a “licença para o epistemicídio” trans (DEMÉTRIO, BENSUSAN, 2019, p. 120), identificado no reforço à ideia de que o conhecimento produzido por nós travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, não passaria de meras

curiosidades - alheias aos fatos - ou desprezado como mero engano (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019).

Essas pesquisas revelam ainda que

o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do [c]istema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes (SIMAKAWA, 2015, p. 47).

Assim, então, posso pensar o epistêmico permeado de estruturas normativas, de todo tipo, quanto qualquer outra atividade humana (DEMÉTRIO, BENSUSAN, 2019), produzindo hierarquias e outorgando ao grupo considerado representante da espécie humana o direito de classificar e categorizar os outros grupos, como aconteceu com “os teóricos da superioridade da raça branca” (Renato da SILVEIRA, 1999, p. 93), no século XIX, que a identificaram com a vanguarda das demais raças.

Ainda que seja consenso que, biologicamente, raças humanas não existem, os reflexos do racismo científico continuam em operação, assegurando aos homens brancos cisgêneros heterossexuais um lugar de privilégio “sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas epistêmicas” (Rámon GROSGUÉL, 2016), atualizando projetos imperiais e coloniais cis-heteropatriarcais mundo afora (GROSGUÉL, 2016).

A inferiorização das epistemes produzidas por pessoas consideradas não hegemônicas, nos diversos territórios do mundo, têm possibilitado aos homens brancos cisgêneros heterossexuais que legitimem a dominação epistêmica, gerando e mantendo estruturas e instituições sociais, a exemplo das universidades, que (re)produzem o racismo e o sexismo epistêmico, desqualificando e deslegitimando outros conhecimentos, corpos, estéticas e vozes críticas (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019).

Neste sentido, acredito na importância de situarmos as reflexões teóricas a respeito das diversidades corporais e de identidades de gênero em um contexto histórico de marginalização e exclusão em sistemas educacionais racistas, em relação à sua des+consideração frequentemente problemática em sistemas acadêmicos. [...] Compreender estas localizações historicamente situadas pode colaborar para compreensões críticas sobre as instâncias em que nossos conhecimentos são descreditados, exemplificando formas de injustiça testemunhal contra nossas diversidades (SIMAKAWA, 2015, p. 86).

O que se espera, então, que ao ingressarem no ensino superior, nós travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, nos adequemos às normas excludentes deste “cistema” (SIMAKAWA, 2015) e dialoguemos de maneira silenciosa e submissa, com epistemologias canônicas que nos ignoram, sobretudo, como leitoras e/ou estudosas.

## **2. Rompendo o silêncio: a travesti vai falar!**

No dia 17 de agosto de 2012, Luma Nogueira de Andrade tornou-se a primeira travesti doutora do Brasil, pela Universidade Federal do Ceará, com a tese *Travestis na escola: assujeitamento e resistência a ordem normativa*<sup>4</sup>.

Em sua pesquisa, Luma procurou evidenciar as táticas desenvolvidas por jovens/estudantes/travestis para burlar a disciplina e o controle e produzir linhas de fuga para o acesso e a permanência no espaço escolar (2012, p. 22) e ainda chamar a atenção para o fato de que nós, travestis e mulheres transexuais, brancas e negras, não vivemos apenas da prostituição.

Entre as dificuldades enfrentadas pelas estudantes que participaram da pesquisa, Luma denuncia que eram “associadas a sexo, violência, drogas,

---

<sup>4</sup> As pesquisas que serviram de base para a tese, todas indistintamente, foram assinadas por pessoas cisgêneras, inclusive aquelas que discutem travestilidade e transexualidade. Do total de 53 autoras e autores consultadas/os, apenas um é negro.

HIV, prostituição, e ainda carrega[va]m outros estigmas: como não ter capacidade intelectual, não ter lugar na escola, só pensar em sexo e roubo, que seu trabalho se reduz à venda do corpo e ser uma falsificadora de gênero” (ANDRADE, 2012, p. 226).

O trabalho pioneiro de Luma foi uma faísca a iluminar o caminho de outras travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, rumo ao espaço acadêmico.

Nossa chegada às universidades veio acompanhada de outras indagações, disputas por espaços, narrativas e epistemologias. A cada defesa de TCC, dissertação e tese o silêncio a respeito de nossas existências como pesquisadoras é rompido.

Ainda que não aconteça numa medida e intensidade capaz de abalar a confortável situação de privilégio ocupada pela cisgeneridade branca heterossexual, nossos trabalhos questionam visões cristalizadas e estereotipadas que ainda rondam as pesquisas, a nosso respeito, assinadas por pessoas cisgêneras.

O mal-estar que nossas pesquisas produzem, vem fazendo com que as vozes hegemônicas revejam suas estratégias para de novo tentar nos engaloiar e nos manter nos seus higienizados laboratórios de pesquisas.

Não por acaso “pesqui(cis)sadores” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020), brancos que se colocam como as autoridades dos estudos de gênero e sexualidade, ao serem nomeadas/os, portanto, passíveis de serem estudadas/os, se voltam contra nossas presenças nos espaços acadêmicos e passam a questionar nossas produções e os conceitos com os quais operamos. A nomeação, explicam Cello Latini Pfeil e Bruno Latini Pfeil (2022), primeiro coloniza um corpo e segundo, na tentativa de ruptura, produz um contraponto.

Quando convidamos uma pessoa cis eurobranca a pensar melhor antes de falar procuramos introduzir, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente (Jota MOMBACA, 2017) e não um policiamento ou cancelamento como estamos sendo acusadas por pesquisadoras e

“pesquisadores de gênero que, incomodados com a chegada recente de um novo marcador analítico nos espaços acadêmicos, questionaram a capacidade das pessoas trans de lerem e produzirem teorias sobre suas próprias realidades” (João Gabriel MARACCI; Sofia FAVERO, 2022, n.p.).

Ao sermos vistas fora das gaiolas e sem as mordanças, que segundo algumas pessoas cis foram elas que tiraram de nossas bocas, faz com que as narrativas a nosso respeito adquiram os mais variados tons, alguns bastante violentos, questionando, inclusive, nossos corpos e nossas feminilidades.

[...] os homens que se dizem mulheres, e que transformam a relação heterossexual, às vezes em um lesbianismo deplorável. Impõem-se com agressividade, quebrando a força feminista para uma modificação estrutural da sociedade. Estes transativistas, que desnaturam o “natural” do sexo de fato robustecem a divisão mulher/ homem pois o que pretendem é uma inserção no mundo dos homens. Habitados à violência masculina na qual foram construídos reproduzem atitudes de ataque e ódio clamando à “transfobia” e à exclusão (Tania Navarro SWAIN, 2017/18).

Ainda de acordo com Swain (2017/18), editora da revista eletrônica Labrys, a presença de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, inseridas nos ativismos e nos estudos feministas fariam com que estes campos perdessem “seu norte, seus instrumentos teóricos, seu pulsar para se dobrar à agenda masculina” (SWAIN, 2017/18).

As posições transfóbicas de Swain (2017/18) não mereceram críticas nos espaços acadêmicos justamente porque operam para afirmar a “cisgeneridade enquanto natural” (SIMAKAWA, 2015, p.68), como norma de humanidade.

E é justamente o conceito de cisgeneridade, presente na maioria dos trabalhos produzidos por nós travestis e mulheres e trans, negras e brancas, que vêm merecendo as críticas mais pesadas.

Se inicialmente esse conceito era estrategicamente ignorado por pesqui(cis)sadoras e pesqui(cis)sadores (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020), revelando um “desconforto subjetivo em relação a tal significação” (Beatriz Pagliarini BAGAGLI, 2018, n.p.) e afirmam sem constrangimento



algum que “nenhuma pessoa pode se identificar TOTALMENTE com o gênero atribuído ao nascimento, que portanto seria algo “inútil” falar em pessoas cis, em qualificar pessoas enquanto cisgêneras” (BAGAGLI, 2018, n.p. Grifo da autora).

Quando usamos o conceito de cisgeneridade em nossos trabalhos “estamos tão somente nomeando algo que até então funcionava pelo seu próprio mascaramento, ou seja, no que antes era tido como “natural” e “normal” e, portanto, intocável epistemologicamente” (BAGAGLI, 2018, n.p.).

Richard Miskolci, ao afirmar, em entrevista a Marcelo Mena Barreto (2021) que as noções de cisgeneridade e cisnormatividade não têm bases epistemológicas, tampouco empíricas, adota uma “postura de violência nostálgica, sobre um mundo em que tais sujeitos não eram capazes de ter nenhum repertório para pensar sequer suas próprias realidades” (MARACCI; FAVERO, 2022, n.p.).

A recusa de Swain (2017/18), de Miskolci (2021) e de outros pesqui(cis)sadores (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2021) em não se verem enquanto pessoas cisgêneras, mas que sabem que são diferentes de travestis e transexuais, revela um esforço para se manterem na posição de suposta naturalidade e neutralidade, enquanto que pessoas trans continuam ocupando a posição de *Outra* (BAGAGLI, 2018). Ou seja, ainda que se esforcem – social, acadêmica e epistemologicamente – para não serem vistas “enquanto portadores deste traço distintivo “cis”, mas o sabem que algum outro traço necessariamente as distingue das pessoas trans — e alocam este traço para fora do pensamento, o excluem como traço significativo, o que não deixa de produzir efeitos”.

### **Algumas considerações**

Ao refletir a respeito do silêncio como estratégia ideológica nos moldes propostos pelo professor Paulo Vinícius Baptista da Silva (2008), tentei, ainda que de maneira modesta, contribuir para as reflexões a respeito da cisgeneridade branca como dispositivo de poder e como ela impacta na

estruturação dos espaços de educação formal, mais especificamente no ensino superior, reforçando e atualizando a transfobia e o racismo.

Procurei discutir duas formas de operação do silêncio:

- a) O silêncio sobre cisgeneridade e branquidade, que atuam para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade;
- b) A negação da existência plena de travestis e mulheres transexuais: invisibilidade e sub-representação no espaço acadêmico.

Embora as duas formas de operação do silêncio possam ser discutidas separadamente, entendo que uma impacta no funcionamento da outra.

Ao ser nomeada a cisgeneridade branca heterossexual imediatamente deixa de ser tratada como algo natural, dado, para ser interpelada como processo histórico, bem como os privilégios, concretos e simbólicos atrelados a ela.

Dessa maneira, é possível ser estudada, analisada, questionada, como conceito e categoria de análise, que coloca sob suspeita também a posição de sujeito universal que ocupa.

Para continuar gozando do status de sujeito universal é necessário, então, reconstruir o silêncio quebrado pelas “gritarias epistêmicas” (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA; Letícia Carolina NASCIMENTO; Jaqueline Gomes de JESUS, 2022), provocadas pelas pesquisas desenvolvidas por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas.

A reconstrução do silêncio em torno da cisgeneridade normativa implica na desmoralização pública da cisgeneridade enquanto conceito e categoria de análise, por apresentar fragilidades epistemológicas na sua formulação e equívocos na sua utilização.

Nesse sentido, negar a relevância do conceito de cisgeneridade para os estudos de gênero e sexualidade é uma tentativa deliberada de manter o posto intocável de “sujeito epistêmico” (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019) concentrado nas mãos de pessoas cisgêneras brancas e recolocar travestis e

mulheres transexuais, negras e brancas, nas gaiolas destinadas aos “sujeitos empíricos” (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019) de onde nunca deveriam ter saído.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Marília dos Santos Amaral; Talita Caetano SILVA; Karla de Oliveira CRUZ; Maria Juracy Filgueiras TONELI. “Do travestismo às travestiçidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre entre 2001 -2010. **Revista Psicologia & Sociedade**, n. 26, v. 2, 2014, p. 301-311

ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, 2012.

APPLE, Michael W. Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 61-67 jan/abr, 2001.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Quando você coloca aspas na palavra cisgênero. Jan. 2018. Disponível em: < <https://biapagliarinibagagli.medium.com/quando-voc%C3%AA-coloca-aspas-na-palavra-cisg%C3%AAnero-3f6614f1b6b6>>.

Acesso em: 18 nov. 2022.

BARRETO, Marcelo Mena. Avanços, equívocos e retrocessos nas lutas identitárias. **Jornal Extraclasse**. 15 out. 2021. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/10/avancos-equivocos-e-retrocessos-nas-lutas-identitarias/>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva.. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, dez./fev., 2005-2006.

COSTA, Mariana Esteves. **“Cis”tema de educação e alunas travestis e transexuais: representações Sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

CUNHA, Neon; YORK, Sara Wagner. Um vácuo “cis” na história e a emergência do corpo trans. **Fundação Rosa Luxemburgo**. Nov. 2020. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/um-vacuocis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DEMÉTRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan Nissior. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. **Revista Do Ceam**. Jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DYER, Richard. **White**. New York: Routledge, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

LOURO. Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: MEC/Unesco, 2009, p. 85-93.

MARACCI, João Gabriel; FAVERO, Sofia. Por que falamos em cisnormatividade? *Le Monde Diplomatique Brasil*. 9 fev. 2022. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/por-que-falamos-em-cisnormatividade/>>. Acesso em 14 nov. 2022.

MOMBAÇA, Jota. **Notas Estratégicas Quanto Aos Usos Políticos do Conceito de Lugar de Fala**. 2017. **Buala**. Disponível em: <<https://jotamombaca.com/textstextos/notas-estrategicas/>>. Acesso em 11 nov. 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, jaqueline Gomes de (org.). **Gritarias epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras**. Salvador, BA: Devires, 2022.

PFEIL, Cello Latini. PFEIL, Bruno Latini. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 3, n. 9, p. 1-24, jul./set. 2022. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/11170/7071>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

RODRIGUES, Alexsandro; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; ROCON, Pablo Cardozo; ROSEIRO, Steferson Zanoni. Precárias experiências em dissidências: crianças que não cabem em si. **Revista Pro-Posições**. vol.30, Campinas 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v30/1980-6248->

pp-30-e20180076.pdf>.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Projeto “Racismo e discurso na América Latina”:** notas sobre personagens negras e brancas no discurso midiático brasileiro. In: III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso, Belo Horizonte, Núcleo de Análise do Discurso (NAD) e o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1º a 4 de abril de 2008.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Revista Afro-Ásia**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, n. 23, p. 87-144, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2015.

SWAIN, Tania Navarro. **Labrys**, Estudos Feministas. Jul. 2017- jun. 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/SAMSUNG/Documents/P%C3%B3s%20doutorado/EDITORIAL%20LABRYS.html>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis:** carne, tinta e papel. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, v. 52, p. 1 -17, out., 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0188947816300603>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(3): e75614. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n375614. Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/por-que-falamos-em-cisnormatividade/>>

Recebido em dezembro de 2022.

Aprovado em abril de 2023.